



## **Tomada de posse da Bastonária da Ordem dos Assistentes Sociais**

Os meus cumprimentos de boas-vindas e agradecimento por todas, todas as presenças. Permitam-me mencionar mais particularmente

- A Sra. Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão – Sra. Dra. Clara Marques Mendes
- Sras. e Srs. Deputadas/os da Assembleia da República: Dra. Irene Costa, Dra. Ana Mendes Godinho (Sra. Ex-Ministra, que acompanhou e tutelou o processo desta Ordem durante todo o período de instalação) e ex-deputada Dra. Catarina Marcelino
- Sr. Presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) – Sr. Dr. Jorge Veloso
- Sr. Presidente do Conselho Nacional das Ordens Portuguesas e Bastonário da Ordem dos Economistas - Prof. António Mendonça
- Sras. e Srs. Bastonárias/os das restantes Ordens presentes:
  - Ordem dos Fisioterapeutas;
  - Ordem dos Biólogos;
  - Ordem dos Arquitetos;
  - Ordem dos Engenheiros Técnicos
  - Ordem dos Nutricionistas;
  - Ordem dos Farmacêuticos.
- Representante do Sr. Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana
- Sr. Vereador da Câmara Municipal de Setúbal - Sr. Dr. Pedro Pina
- Representante e Adjunta da Sra. Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa – Sra. Arq. Filipa Roseta
- Representantes de diversas Comissões Nacionais e Conselhos Nacionais, nomeadamente da Comissão Nacional para a Garantia Europeia para a Infância – Sra. Dra. Sónia Almeida
- Representante do Ministério das Finanças
- Diretores Gerais e Presidentes dos Institutos Públicos
- Sr. Presidente do IEFP – Sr. Dr. Domingos Lopes
- Representante do Sr. Provedor SCML – Sra. Dra. Ângela Correia
- Presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais – Sra. Dra. Mariana Carvalho
- Presidente da FENACERCI – Sra. Dra. Julieta Sanches
- Conselho Executivo da CONFAP – Sr. Dr. Gonçalo Parreira
- Presidente da EAPN/Portugal – Sra. Dra. Maria Joaquina Madeira
- Representante da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – Sr. Dr. José Carlos Batalha
- Sra. Diretora da Alzheimer Portugal -
- Presidente da Casa Pia de Lisboa – Sra. Dra. Fátima Matos
- Representantes/coordenadores de cursos Serviço Social onde se formam Assistentes Sociais: Universidade Católica Portuguesa, ISCTE, Universidade Lusófona do Porto, Universidade Lusíada, Instituto Politécnico de Viseu, Politécnico de Castelo Branco
- Colegas Obreiras/os desde a primeira hora
- Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Colegas Assistentes Sociais e Amigas e Amigos



Gostaria, num primeiro momento, não só de reiterar o agradecimento pela presença de todas e todos, como permitir-me interpretar o seu sentido. De facto, estas presenças são para mim/para nós um sinal de profunda compreensão e de incentivo para um caminho que agora se iniciará. Estamos gratas/os, por isso, tudo faremos para lhes dar boas razões para renovados apoios.

Prosseguindo neste exercício de interpretação, permitam-me salientar as três grandes razões associadas a esta sessão (para além das tomadas de posse já concretizadas): i) a razão da celebração, ii) a razão do compromisso e, iii) a razão da cooperação.

Temos boas razões para **CELEBRAR** um momento pelo qual nos batemos (creiam que a palavra não é exagerada), batemo-nos, afirmava eu, durante mais de duas décadas. Apesar da primeira menção à necessidade de uma criação da Ordem tenha sido feita em 1943, de facto, foi só em finais dos anos 90 do século passado que depositamos nas mãos do Sr. Dr. João Bosco Mota Amaral (enquanto presidente de então da Assembleia da República), a primeira proposta de estatutos para a criação da Ordem, num contexto em que a regulação das Ordens se regia por um conjunto de regras muito gerais. Depois disso, este processo de construção atravessou e exigiu-nos adaptar a três alterações legislativas, em cada uma delas se renovando e adequando os dispositivos necessários para a criação da Ordem requerida pelas/pelos Assistentes Sociais. Era frequente a pergunta, “mas por que querem as/os Assistentes Sociais uma Ordem?”. A resposta não seria difícil se não fosse o preconceito que tantas vezes acompanhava a pergunta.

A Lei 121/2019 criou a Ordem dos Assistentes Sociais, que veio a esperar quase cinco longos anos (na forma de Comissão Instaladora) até ser conformada com legislação posteriormente saída (a Lei 66/2023). Sem querer levar mais longe um processo que, ainda hoje, nos dá motivos para ser analisado, não posso deixar de tirar algumas ilações deste prolongado como penoso processo, recheado de obstáculos, uns entendíveis, outros nem tanto. Facto é que este foi um tempo com consequências, designadamente no agravamento da desregulação da profissão e da subsequente exigência que hoje se coloca de um trabalho pró-regulação mais laborioso e até reparador. Este é, pois, um momento muito esperado por milhares de Assistentes Sociais que aguardam ver o seu campo profissional regulado, reconhecido e vivificado.



Apesar de todo este percurso recheado de obstáculos, hoje preferimos registar a garantia de sermos uma das Ordens deste país, mais escrutinadas à nascença, e que sabemos vai continuar a dar boa nota de acrescidos ganhos societários expectáveis ao longo da sua vida. É também o momento de celebrar a firmeza do ninho organizativo e de apoio ao trabalho desenvolvido nesta alongada construção, refiro-me à Associação dos Profissionais de Serviço Social, a quem é justo reconhecer a maternidade deste projeto e que aqui saúdo afetuosamente na pessoa da sua Presidente mais recente - obrigada Maria Júlia Cardoso e sua equipa e em si reconhecer todas e todos das Direções anteriores.

Não resisto a assinalar que a inscrita de mais idade nesta Ordem, é do Norte, tem 95 anos e que, ao inscrever-se, parafraseou Sofia De Melo Breyner, considerando este dia como “o dia inicial ... onde emergimos da noite e do silêncio”. A nossa gratidão pela sua determinação e esperança - Maria Elisa Accioulli Barbosa.

Aqui chegados, temos razões para celebrar este marco histórico, que vem fortalecer, mas também exigir novos passos de desenvolvimento da profissão de **Assistente Social**, sim, este é o seu nome, que orgulhosamente nos designa como profissionais.

Este é também um momento de **COMPROMISSO** que, por esta ordem e não outra, as/os Assistentes Sociais e a sua Ordem vão (continuar) a implicar-se, em primeiríssimo lugar, com a concretização tão multifacetada como exigente do bem público. A par, mas como instrumento substantivo, vai também trabalhar-se o fortalecimento da profissão, “situando-a inequivocamente como uma profissão de luta, como profissão de justiça, como profissão de respeito, como profissão de ajuda e empoderamento, em torno de valores fundamentais”, aqui citando a mandatária da lista que veio a tornar-se nos primeiros órgãos sociais. Obrigada, Maria Inês Amaro.

O reconhecimento da crescente complexidade do mundo, de nada nos adiantará se não agirmos nos múltiplos campos invadidos por dinâmicas rápidas, mesmo imprevisíveis, e com frequência, prenes de desigualdades. As/os Assistentes Sociais têm percecionado os modos pelos quais se manifestam a incerteza e insegurança coletivas, a indignidade na vida de muitas e muitos cidadãos e cidadãs, as dificuldades nas organizações sociais inscritas no campo da solidariedade social e nos territórios negligenciados, nos serviços sociais



insuficientes e burocratizados. Em todos estes domínios as/os Assistentes Sociais conhecem a vida e o sentir dos menos munidos para fazer face aos problemas. A regra de ouro de qualquer contrato social pauta-se pela defesa dos mais desprotegidos. “Penso nos outros, logo existo”, afirmava José Gomes Ferreira.

Recorde-se que a atividade das/dos Assistentes Sociais se inscreve em todos os campos de Políticas Públicas (e dentro destas no campo específico das políticas sociais), em posições, com papéis e funções muito diversificadas: da Justiça, às Forças Armadas, à Administração do Território, até às mais ancestrais áreas da Ação Social, da Saúde, da Habitação e das respostas sociais. Em todas elas as/os Assistentes Sociais trabalham com sujeitos (a quem reconhecem como organismos, como pessoas e como agentes da sua própria vida). Abreviando, e citando, as/os Assistentes Sociais trabalham com “gente como nós”, ou seja, cerzindo e tentando encurtar a distância entre nós e os outros.

Não, não é verdade, o que, designadamente no campo das profissões sociais se vai dizendo, talvez por facilitismo, “todos/todas fazemos o mesmo e com a mesma finalidade”. Este é o princípio do alijar de responsabilidades e de fraco investimento na qualificação especializada em cada campo profissional. Os campos do agir profissional do Serviço Social têm sido alfobre de muitas e variadas incursões (de outros/as) profissionais que, ética e civicamente devem ser reguladas, isto é, passar do *tudismo*, (ou seja, “todos fazemos o mesmo com a mesma finalidade”), passar *do tudismo*, dizia para o reconhecimento/exigência de campos distintos, mas necessariamente complementares de atribuições e responsabilidades (face e em consonância com a natureza multidimensional dos problemas e desafios societários). A regulação é também uma alavanca nesta definição e acompanhamento de atribuições e responsabilidades profissionais. Dizia recentemente o Sr. Presidente da Assembleia da República que a regulação deve ter o tamanho certo, penso até que a comparou com o sal, isto é, encontrar o lugar que a liberte dos extremos, ou seja, nem muito flácida, nem demasiado dura. Esperamos que a experiência profissional nos elucide sobre esse lugar adequado e justo da regulação profissional.

As Ordens podem ser observatórios vivos e quase naturais de campos da vida, das organizações e das medidas e políticas, sendo o seu reporte e restituição um enorme contributo no crescimento, melhoramento e caminho para sociedades de maior dignidade,



justiça e equidade. Citando “Se você não espalhar o que viu, a história não anda...” (Nelson Sargento, 2019)

Importa potenciar esta capacidade de observação construída tantas vezes com contributos na 1ª pessoa e que contem em si um capital propositivo indelével (assim o saibamos apreender e dar-lhe o seu lugar de acolhimento e sentido).

O terceiro marco ou razão, é a **COOPERAÇÃO**. A criação desta Ordem (e talvez de todas as outras Ordens no seu tempo) evidenciou vários temores: o da desqualificação dos pares, a da apropriação indevida de domínios específicos de ação, o do apagamento da utilidade social de outras profissões...enfim um rol maior de temores. Com isto, se evidenciou também que a competição profissional está viva e pronta a aniquilar a clarificação e jurisdição das profissões.

É nosso entendimento que urge trabalhar os interstícios da cooperação interprofissional e não meramente aceitar a formalização de convivências profissionais acríticas e que se eximem ao contributo efetivo para a realização do interesse comum.

A equipa que hoje tomou posse compromete-se com um conjunto vasto, mas realista, de prioridades a que se dará forma num plano de ação.

De entre todos os campos de ação enunciados saliente-se a cooperação na garantia de direitos que nos levará por caminhos de articulação entre setores, entre políticas e medidas, entre profissionais e organizações diversos. Também o fortalecimento da relação com organizações internacionais congéneres e afins, cruzando visões, projetos e aprendizagens

É prioritário atender à transição para o espaço laboral dos recém-licenciados e respaldar o agir profissional designadamente nas situações de profissional único em alguns lugares institucionais. E aqui uma especial referência ao Movimento de Estudantes de Serviço Social (MESS) pelo seu entusiasmo e apoio. E, com isto, dizer que as condições de bem-estar de profissionais devem merecer atenção, contrariando a precarização (também profissional) e antecipando ações que façam face à atual regularidade de situações de esgotamento laboral. A prática do conhecimento inscreve na ação futura desta Ordem, um investimento no reforço da formação de base, mas a par e com persistência, a formação ao longo da vida. A supervisão profissional e académica são desafios a densificar.



Implementar uma modalidade de comunicação com a sociedade e com as pessoas especialmente abrangidas pelos serviços prestados, é um outro propósito. Dar corpo e voz às/aos mais diretamente visados pelos serviços prestados, valorizando a sua posição de especialistas de experiência feita. Entendemos que é o compromisso com os outros, com o bem de todos, que nos torna humanos.

Ex.mas Senhoras e Exmos. Senhores, não poderia terminar sem manifestar o meu regozijo e até emoção por termos como contexto do nascimento concretizado desta Ordem, a celebração dos 50 anos do 25 de abril, acontecimento que trouxe novos mundos aos direitos e garantias, propondo a universalidade do bem-estar e dos mais inegáveis benefícios para todas/todos, profissionais incluídas/os.

E quanto esta profissão ganhou com esta marcante alteração política (continuo a falar do 25 de abril)! Somos uma profissão de Direitos Humanos e sabemos bem o que ainda falta para a sua concretização plena, mas sabemos também, e por isso nos batemos, sabemos que os Direitos Humanos são universais, não se cortam em fatias e não podem ser adiados.

Reiterando os meus agradecimentos pela presença de todas e todos, permitam-me uma última palavra, para lhes confidenciar publicamente o quanto me revejo na expressão de Fernando Pessoa (que além meu homónimo, é também pessoa) dizia ele: "Navegar é preciso, viver não é preciso" e, com isso, dar nota de que a vida (também a profissional) é um exercício esforçado (com ondas), onde não cabe, não pode caber um viver rotineiro e feito de insuperáveis. Nesta como noutras matérias, ser pessimista é um luxo a que as/os Assistentes Sociais não podem aceder... Depois de se ganhar a razão, impõe-se a possibilidade do mais difícil (mas necessário) que é o sonhar sonhos possíveis, plurais e coletivos ...narrativas futuras, narrativas portadoras de esperanças em concretização.

Fica a minha/nossa gratidão e empenho de sempre.

Muito obrigada

13 de dezembro de 2024

Fernanda Rodrigues